

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

Nome: _____ N. de inscrição: _____

Assinatura: _____

Opção de turno para realização de estágio: _____

1. Nesta prova constam 40 (quarenta) questões objetivas e 02 (duas) questões discursivas. Confira antes de iniciá-la.
2. Não é permitido qualquer tipo de consulta.
3. Esta é a única **folha de respostas** para marcação das questões objetivas onde não serão computadas aquelas com rasuras.
4. Tempo de duração da prova: 4h (quatro horas).
5. Será permitido ao candidato levar este caderno de questões, após a entrega, ao fiscal autorizado, desta folha de respostas e das duas últimas folhas com as respostas das questões discursivas.
6. A divulgação do gabarito da parte objetiva está prevista para o dia 20/04/2014, a partir das 18 horas, no endereço eletrônico <http://portal.trf1.jus.br/sjma/concursos/estagios/estagios.htm>.

1	(A)	(B)	(C)	(D)
2	(A)	(B)	(C)	(D)
3	(A)	(B)	(C)	(D)
4	(A)	(B)	(C)	(D)
5	(A)	(B)	(C)	(D)
6	(A)	(B)	(C)	(D)
7	(A)	(B)	(C)	(D)
8	(A)	(B)	(C)	(D)
9	(A)	(B)	(C)	(D)
10	(A)	(B)	(C)	(D)
11	(A)	(B)	(C)	(D)
12	(A)	(B)	(C)	(D)
13	(A)	(B)	(C)	(D)
14	(A)	(B)	(C)	(D)
15	(A)	(B)	(C)	(D)
16	(A)	(B)	(C)	(D)
17	(A)	(B)	(C)	(D)
18	(A)	(B)	(C)	(D)
19	(A)	(B)	(C)	(D)
20	(A)	(B)	(C)	(D)

21	(A)	(B)	(C)	(D)
22	(A)	(B)	(C)	(D)
23	(A)	(B)	(C)	(D)
24	(A)	(B)	(C)	(D)
25	(A)	(B)	(C)	(D)
26	(A)	(B)	(C)	(D)
27	(A)	(B)	(C)	(D)
28	(A)	(B)	(C)	(D)
29	(A)	(B)	(C)	(D)
30	(A)	(B)	(C)	(D)
31	(A)	(B)	(C)	(D)
32	(A)	(B)	(C)	(D)
33	(A)	(B)	(C)	(D)
34	(A)	(B)	(C)	(D)
35	(A)	(B)	(C)	(D)
36	(A)	(B)	(C)	(D)
37	(A)	(B)	(C)	(D)
38	(A)	(B)	(C)	(D)
39	(A)	(B)	(C)	(D)
40	(A)	(B)	(C)	(D)

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

1. Nos termos do texto constitucional, em matéria de disposições gerais da Administração Pública, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos:

- a) somente pode ser realizada por meio de veiculação, pela imprensa oficial, de informações de caráter educativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que verdadeira a publicidade;
- b) deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- c) tem natureza informativa, visando ao controle social das atividades desempenhadas pelos Administradores, podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, pelo princípio da transparência;
- d) pode ser feita apenas em ano eleitoral e possui caráter educativo, político ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

2. José é servidor público da Universidade Federal do Maranhão e trabalha como cozinheiro do Restaurante Universitário. Por descuido, José deixou cair um parafuso enquanto preparava o almoço dos alunos e o estudante de direito João, de 19 anos, acabou ingerindo-o junto com a comida. João foi levado ao hospital, onde ficou internado por um mês. Em razão dos danos morais e materiais sofridos por João, caberá indenização baseada na responsabilidade civil:

- a) objetiva da UFMA, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo prescindível a análise do elemento subjetivo e assegurado o direito de regresso contra José, nos casos de dolo ou culpa;
- b) objetiva do UFMA, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo imprescindível a análise do dolo ou culpa de José e assegurado o direito de regresso contra José, nesses casos;
- c) subjetiva de José, que responde pelos danos que causou a João, sendo prescindível a comprovação de dolo ou culpa em sua conduta e cabendo responsabilidade subsidiária do UFMA, apenas no caso de insolvência de José;
- d) subjetiva do UFMA, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo imprescindível a análise do elemento subjetivo e assegurado o direito de regresso contra José, nos casos de dolo ou culpa.

3. O ingresso no serviço público se dá mediante a aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos. Essa regra constitucional encontra exceção nas hipóteses autorizadas pela própria Constituição Federal. No que toca ao acesso ao serviço público é correto afirmar:

- a) são exceções à regra do concurso público, as nomeações para cargo em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.
- b) a investidura em cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração deixou de ser juridicamente viável após a Constituição Federal de 1988 em razão do princípio do concurso público
- c) a investidura em cargo público efetivo se dá mediante concurso público, o que não ocorre com a investidura em emprego público, que independe da prévia aprovação em concurso público, isso em razão do regime jurídico ser o da CLT.
- d) a investidura em cargo público efetivo é acessível apenas aos brasileiros e depende da prévia aprovação em concurso público.

4. Uma das Turmas do Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região reconheceu incidentalmente a inconstitucionalidade de lei federal e deixou de aplicá-la ao caso concreto que estava julgando. Neste caso, qual dos princípios previstos na Constituição Federal foi violado:

- a) Nenhum, haja vista que é possível o controle difuso de constitucionalidade das leis e atos normativos;
- b) princípio da congruência;
- c) princípio da reserva de plenário;
- d) princípio do juiz natural

5. Com relação à competência no processo civil, assinale a alternativa incorreta:

- a) O juiz poderá, de ofício, determinar a reunião de ações quando verificada a continência entre elas. Da mesma forma poderá fazê-lo quando caracterizada a conexão. Em ambas as situações, o magistrado visa o julgamento simultâneo das ações.
- b) A competência é pressuposto processual de existência do processo.
- c) A competência é determinada no momento em que a ação é proposta, sendo irrelevantes as modificações de fato e de direito posteriores, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.
- d) A controvérsia entre dois ou mais juízes acerca da reunião ou separação de processos é uma das hipóteses do fenômeno denominado conflito de competência.

6. Relativamente à competência, assinale a alternativa correta:

- a) É competente o foro da situação dos bens de maior valor para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade e todas as ações em que o espólio for réu, se o autor da herança não tinha domicílio certo e possuía bens em diversos lugares.
- b) As ações fundadas em direito pessoal ou sobre direitos reais sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.
- c) É competente o foro do lugar onde a obrigação deve ser satisfeita para a ação em que se lhe exigir o cumprimento.
- d) É competente o foro do domicílio do credor para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos.

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

7. No tocante à competência da Justiça Federal, marque a alternativa incorreta:

- a) Compete à justiça federal processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio da municipalidade.
- b) Aos juízes federais compete processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho.
- c) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional de um lado e Município e pessoa residente ou domiciliada no país de outro são de competência dos juízes federais.
- d) Compete aos juízes federais julgar os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar.

8. O julgamento de prefeitos nos crimes de competência da Justiça Federal comum compete:

- a) Ao Tribunal de Justiça.
- b) Ao juiz federal de primeira instância.
- c) Ao juiz estadual de primeira instância.
- d) Ao Tribunal Regional Federal.

Para as questões de 9 a 12, considere as situações fáticas descritas abaixo (de Pedro e Priscila) e assinale a assertiva que possui o enunciado correto:

9. Pedro, advogado, através do processo eletrônico, ajuíza ação de danos morais e materiais em face do Banco do Brasil, sociedade de economia mista, sendo o processo distribuído para um dos juizados especiais federais de São Luís.

- a) A justiça federal não é o foro competente para tal processamento em razão do polo passivo da ação.
- b) Deve a ação tramitar impreterivelmente em uma das varas cíveis da justiça federal e não no juizado especial.
- c) Não se permite o processamento por meio eletrônico nas demandas de competência da justiça federal haja vista o foro especial.
- d) Não se pode cumular pedidos de indenização de dano moral e material em juizado especial federal, mesmo que decorrente do mesmo fato.

10. Considerando ainda o processo eletrônico de Pedro:

- a) Independentemente da tramitação eletrônica do processo, as comunicações e intimações serão realizadas pessoalmente, não se permitindo qualquer comunicação processual através do sistema virtual.
- b) O processo virtual só é admitido nas demandas de até 20 salários mínimos, qualquer que seja o foro competente para a ação.
- c) As comunicações processuais poderão ser realizadas através da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.
- d) Permite-se apenas a tramitação eletrônica de processos de conhecimento, sendo vedada às cartas precatórias o seu processamento eletrônico.

11. Priscila é oficial de justiça do TRT da 16ª Região (servidora pública federal) e autora de uma ação que tramita na 3ª vara cível da Seção Judiciária do Maranhão. Seu processo consiste em ação de obrigação de não fazer. O pedido refere-se à abstenção de descontos previdenciários realizados pela UNIÃO no terço constitucional de férias que virá a receber no próximo mês.

- a) O foro competente para o processamento da ação pertence à justiça do trabalho, devendo o juiz federal remeter os autos para uma das varas do trabalho de São Luís.
- b) Nesta ação a UNIÃO é representada processualmente por seus procuradores.
- c) A ilegitimidade ativa está configurada, devendo, por isso, o processo ser extinto com exame de mérito.
- d) Não há que se falar em ajuizamento de ação em face da UNIÃO quando se trata de servidor público do poder judiciário, sendo a UNIÃO parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação de Priscila.

12. Ainda diante do processo de Priscila:

- a) Se Priscila desistir da ação haverá extinção do processo sem exame de mérito.
- b) O processo só será extinto sem exame de mérito se o réu não for citado. Havendo citação o processo necessariamente deverá ser extinto com análise do mérito, pois a relação processual já se encontra aperfeiçoada.
- c) Se Priscila desistir da ação haverá extinção do processo com exame de mérito.
- d) O indeferimento da inicial configura uma forma taxativa de extinção do processo com exame de mérito.

13. Acerca do mandado de segurança, aponte a única alternativa CORRETA:

- a) Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas.
- b) O mandado de segurança pode ser impetrado por qualquer pessoa física, não sendo cabível seu ajuizamento por pessoa jurídica.
- c) No mandado de segurança, em caso de sucumbência, é cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios.
- d) Denegada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

14. Sobre a ação civil pública, considere os itens a seguir:

- I. O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como assistente litisconsorcial do autor.
- II. A ação civil pública deve ser proposta no foro do local do dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

III. A ação civil pode ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

IV. A ação civil pública somente pode ser ajuizada pelo Ministério Público, segundo determina a Constituição Federal.

Está correto o que se afirma apenas:

- a) Nos itens III e IV.
- b) Nos itens I e III.
- c) Nos itens II e III.
- d) Nos itens I e II.

15. João Carlos, lavrador com mais de 60 anos de idade, impetrou mandado de segurança após o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ter negado benefício de aposentadoria por idade requerido na via administrativa. Após as informações da autoridade apontada como coatora na petição inicial do mandado de segurança, o juiz que conduzia o processo observou que seria necessário inquirir testemunhas que pudessem confirmar o tempo de trabalho de João Carlos na atividade rural. Nesse caso, o juiz deveria:

- a) sanear o processo, fixar o(s) ponto(s) controvertido(s) e designar audiência de instrução e julgamento, oportunizando a João Carlos a apresentação de rol de testemunhas.
- b) prosseguir no trâmite processual, pois se trata de matéria exclusivamente de direito.
- c) extinguir o processo sem julgamento do mérito, pois os fatos dependem de dilação probatória.
- d) conceder o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias para João Carlos indicar as testemunhas e seus endereços para fins de intimação.

16. Sobre a coisa julgada, aponte a única alternativa CORRETA:

- a) Sempre que a parte expressamente requerer, a resolução de questão prejudicial faz coisa julgada.
- b) Ainda que a sentença contenha fundamentos aproveitáveis para a solução de outra ação, sua fundamentação não faz coisa julgada.
- c) A sentença faz coisa julgada entre as partes que intervieram na relação processual, não se estendendo a terceiros estranhos ao processo, exceto quando para beneficiá-los.
- d) As sentenças proferidas contra as empresas públicas e as sociedades de economia mista se submetem ao reexame necessário, pois tais entes se incluem no conceito de Fazenda Pública.

17. No tocante à capacidade de ser parte, o Código de Processo Civil

- a) só a reconhece para as pessoas físicas, porque as pessoas jurídicas devem ser representadas por um administrador.
- b) a reconhece para alguns entes que não possuem personalidade jurídica.
- c) só a reconhece para as pessoas absoluta ou relativamente incapazes, porque elas devem estar representadas ou assistidas.
- d) só a reconhece para as pessoas físicas ou jurídicas.

18. Segundo o Código de Processo Civil

- a) alienada a coisa litigiosa, o adquirente não pode ingressar em juízo, substituindo o alienante, mesmo que consinta a parte contrária, tendo em vista o princípio da estabilização subjetiva da demanda.
- b) quem pleiteia, em nome próprio, direito alheio, atua na condição de sucessor processual, dependendo de autorização legal.
- c) o cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários.
- d) a substituição processual não guarda relação com a legitimação extraordinária, uma vez que pressupõe o falecimento da parte.

19. Quanto à formação, suspensão e extinção do processo, é correto afirmar:

- a) Durante a suspensão do processo pelos motivos previstos em lei é defeso praticar qualquer ato processual, sem exceção.
- b) A morte ou perda da capacidade processual do autor conduz à extinção do processo, enquanto a morte ou perda da capacidade processual do réu leva à suspensão do processo para habilitação dos herdeiros.
- c) A ocorrência da extinção do processo por litispendência ou coisa julgada dar-se-á com resolução do mérito.
- d) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem a anuência do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.

20. NÃO constitui causa de suspensão do processo:

- a) A existência de outra ação em que se deduza pretensão idêntica.
- b) A ocorrência de força maior.
- c) A morte do representante legal da parte.
- d) A perda da capacidade processual do procurador da parte.

21. Assinale a afirmativa **incorreta**:

- a) o inquérito policial é procedimento inquisitivo.
- b) o inquérito policial é procedimento informativo.
- c) o inquérito policial é procedimento jurisdicional.
- d) o inquérito policial é procedimento administrativo.

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

22. Assinale a opção **incorreta**:

- a) o inquérito policial pode ser instaurado por meio de portaria.
- b) o inquérito policial pode ser instaurado por meio de auto de prisão em flagrante.
- c) o inquérito policial é realizado sem observância do contraditório e da ampla defesa.
- d) o inquérito policial é arquivado diretamente pelo delegado de polícia no caso de ausência de materialidade delitiva.

23. Assinale a assertiva **correta**:

- a) o ministério público é o titular da ação penal pública incondicionada.
- b) o ministério público pode desistir da ação penal pública incondicionada em qualquer fase da instrução criminal.
- c) a investigação policial prévia é imprescindível para que o ministério público promova a ação penal pública incondicionada.
- d) o assistente de acusação é indispensável para o oferecimento da denúncia no caso de ação penal pública incondicionada.

24. Assinale a alternativa **correta**:

- a) a denúncia ou queixa será rejeitada quando for manifestamente inepta.
- b) a ausência de pressuposto processual não acarreta rejeição da denúncia ou queixa.
- c) a falta de condição para o exercício da ação penal não implica rejeição da denúncia ou queixa.
- d) a falta de justa causa para o exercício da ação penal não implica rejeição da denúncia ou queixa.

25. A respeito dos crimes contra a Administração, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) No peculato doloso, a reparação do dano após a sentença penal irrecorrível reduz em um terço a pena imposta.
- b) A corrupção passiva é crime material, exigindo-se para sua consumação que o funcionário receba, efetivamente, a vantagem indevida.
- c) No crime de peculato culposo, a reparação do dano antes da sentença penal irrecorrível deve ser considerada causa de extinção de culpabilidade.
- d) Não há possibilidade de ocorrer corrupção ativa sem a correspondente corrupção passiva.

26. Assinale a opção **CORRETA**:

- a) O delito de concussão, ainda que seja considerado pela doutrina como crime próprio, admite a participação ou a coautoria entre o particular e o funcionário público.
- b) Comete o crime de corrupção passiva o funcionário público que exige vantagem indevida para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função pública ou antes de assumi-la, mas em razão dela.
- c) O delito de concussão é crime material, consumando-se no momento em que a vantagem indevida é recebida pelo funcionário público.
- d) Nos termos do art. 327 do Código Penal, para efeitos penais, somente será considerado funcionário público aquele que exercer cargo, emprego ou função pública de forma permanente e remunerada.

27. O funcionário público que retarda ou deixa de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou o pratica contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, comete crime de:

- a) Concussão.
- b) Prevaricação.
- c) Advocacia administrativa.
- d) Corrupção passiva, na forma privilegiada.

28. Em relação aos delitos de Apropriação Indébita Previdenciária (art. 168-A), Moeda Falsa (art. 289), Contrabando e Descaminho (arts. 334 e 334-A), marque a opção **CORRETA**:

- a) A competência para o julgamento do crime de Moeda Falsa, quando envolver falsificação de moeda nacional, é da Justiça Estadual. Cabe à Justiça Federal o julgamento do crime apenas quando a falsificação for de moeda estrangeira.
- b) Admite-se a aplicação do princípio da insignificância ao delito de Contrabando.
- c) A pena do crime de Descaminho é aplicada em dobro quando o delito é praticado em transporte aéreo.
- d) O crime de Apropriação Indébita Previdenciária pode ser punido na modalidade culposa.

29. No concurso de pessoas,

- a) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de metade.
- b) quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- c) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena do crime cometido, reduzida de um a dois terços.
- d) as circunstâncias e as condições de caráter se comunicam, sejam, ou não, elementares do crime.

30. **NÃO** constitui causa de extinção da punibilidade:

- a) a obediência hierárquica.
- b) a preempção.

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

- c) o perdão judicial.
- d) a anistia.

31. Sobre o tempo e o lugar, o Código Penal para estabelecer

- a) o tempo do crime, adotou, como regra, a teoria da ubiqüidade, e, para estabelecer o lugar do crime, a teoria da ação.
- b) o tempo e o lugar do crime, adotou, como regra, a teoria da ação.
- c) o tempo e o lugar do crime, adotou, como regra, a teoria do resultado.
- d) o tempo do crime, adotou, como regra, a teoria da ação, e, para estabelecer o lugar do crime, a teoria da ubiqüidade.

32. O autor do crime de Furto terá sua pena aumentada de um terço se o delito for praticado

- a) mediante emprego de chave falsa.
- b) mediante concurso de duas ou mais pessoas.
- c) mediante abuso de confiança, fraude, escalada ou destreza.
- d) durante o repouso noturno.

33. Sobre os Juizados Especiais Cíveis e o procedimento da Lei 9.099/95, considere:

I - O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, escrito ou oral, à Secretaria do Juizado.

II - Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, mesmo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

III - É admitida, no processo, a intervenção de terceiros.

IV - A contestação deverá ser escrita e conterá toda a matéria de defesa.

Considerando as assertivas acima, assinale a opção correta:

- a) Todas as assertivas estão erradas.
- b) Três assertivas estão erradas.
- c) Duas assertivas estão erradas.
- d) Apenas uma assertiva está errada.

34. Acerca da competência do Juizado Especial Federal, prevista na Lei 10.259/01, considere as seguintes ações:

I - As que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis da União.

II - As que versem sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

III - As que versam sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais.

IV - As que pleiteiam indenização contra empresa pública federal, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

Quanto às assertivas acima, marque as que **não** se incluem na competência do Juizado Especial Federal Cível:

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Apenas III e IV.

35. Acerca da seguridade social, marque a opção **incorreta**:

- a) O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.
- b) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- d) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, os quais deverão integrar o orçamento da União.

36. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos, **exceto**:

- a) A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- b) A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção, inclusive quando a poder ter provida por sua família.
- c) A promoção da integração ao mercado de trabalho.
- d) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

37. A Lei de informatização do processo judicial regulamenta o envio de petições, de recursos e a prática de atos processuais em geral por meio eletrônico, admitidos mediante uso de assinatura eletrônica. Sobre esse tema é INCORRETO afirmar que:

- a) A publicação eletrônica na forma deste artigo substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal.
- b) Para o envio de petições é obrigatório o credenciamento prévio no Poder Judiciário, conforme disciplinado pelos órgãos respectivos.
- c) Consideram-se realizados os atos processuais por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema do Poder Judiciário.
- d) O credenciamento no Poder Judiciário será realizado mediante procedimento no qual esteja assegurada a adequada identificação presencial do interessado, sendo admitida qualquer forma de representação do interessado por outrem.

38. O Benefício Assistencial ou Benefício de Prestação Continuada é regulamentado pela Lei n. 8.742/93. São requisitos legais para sua percepção **exceto**:

- a) ser portador de deficiência ou ser idoso (com 65 anos ou mais em razão do estatuto do idoso);
- b) comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família;
- c) possuir renda mensal per capita familiar inferior a ¼ do salário mínimo;
- d) ter efetuado, no mínimo, 36 contribuições mensais à Previdência Social e não receber qualquer tipo Bolsa do Governo Federal.

39. Assinale a alternativa **FALSA** com relação à Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91):

- a) o empregado doméstico, considerado como sendo aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos, é segurado obrigatório da Previdência Social;
- b) a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida é considerado segurado especial da Previdência Social;
- c) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego pode se filiar ao RGPS na condição de contribuinte facultativo.
- d) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício previdenciário.

40. De acordo com a Lei n. 8.213/91, marque a alternativa CORRETA:

- I. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida até 30 dias depois deste ou, do requerimento, quando requerida após 30 dias do óbito;
 - II. A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo se se tratar de doença infecto-contagiosa.
 - III. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida em Lei, completar 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco), se mulher, independentemente do número de contribuições à Previdência Social.
 - IV. Ao segurado ou segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de 06 meses.
- a) somente a I está correta;
 - b) somente a I e II estão corretas;
 - c) somente a III está correta;
 - d) todas estão corretas.

**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO MARANHÃO
SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO/2015**

GABARITO DAS QUESTÕES OBJETIVAS

São Luís (MA), 20 de abril de 2015.

Questão	Gabarito
1.	B
2.	A
3.	A
4.	C
5.	B
6.	C
7.	A
8.	D
9.	A
10.	C
11.	B
12.	A
13.	A
14.	C
15.	C
16.	B
17.	B
18.	C
19.	D
20.	A
21.	C
22.	D
23.	A
24.	A
25.	C
26.	A
27.	B
28.	C
29.	B
30.	A
31.	D
32.	D
33.	B
34.	B
35.	D
36.	ANULADA
37.	D
38.	D
39.	C
40.	A